

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E DE TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO DO
QUADRO DE PESSOAL DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Relação dos itens cujos gabaritos foram objetos de recurso

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

REDAÇÃO DO ITEM
A obrigação financeira da pessoa falecida de reparar determinado dano pode ser estendida aos seus sucessores, sendo limitada ao valor do patrimônio transferido pela sucessão decorrente do óbito.
Conforme a CF, o poder emana do povo e é exercido por meio de representantes eleitos, não havendo previsão do exercício do poder diretamente pelo povo.
A lei não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a expectativa de direito.
Os rios que banhem mais de um estado e que sejam provenientes de outros países são considerados bens da União.
Os estados podem legislar de forma concorrente sobre direito tributário.
No âmbito da organização político-administrativa do Estado, apenas a União, os estados e o Distrito Federal são considerados entes autônomos.
No âmbito das finanças públicas, é necessária a existência de prévia autorização legislativa para a instituição de fundos de qualquer natureza.
É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
Cabe ao Congresso Nacional exercer, entre outras competências, a fiscalização contábil da União, mediante controle externo.
Regulamento e ordem de serviço são exemplos, respectivamente, de ato administrativo normativo e de ato administrativo ordinatório.
Ocorre anulação do ato administrativo quando o gestor público o extingue por razões de conveniência e oportunidade.
A execução, de ofício, pela administração pública de medidas que concretizem o objeto de um ato administrativo caracteriza o atributo da imperatividade.
A pretensão estatal de ressarcimento do erário em face de agente que tenha enriquecido ilicitamente no exercício de suas funções prescreverá em cinco anos.
As multas de trânsito, como expressão do exercício do poder de polícia, são dotadas de autoexecutoriedade.
Quanto ao órgão que o exerce, o controle pode ser administrativo, legislativo ou judicial.
O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a administração pública tem sobre seus próprios atos e agentes.
A lei orçamentária anual somente pode ser elaborada após a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias.
Para ser considerada princípio orçamentário, a regra deve estar expressamente prevista na Constituição Federal de 1988.
No âmbito do plano plurianual, as metas devem expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade.
O orçamento de investimento de determinada empresa somente deve ser incluído na lei orçamentária anual se a União detiver a maioria do capital social com direito a voto dessa empresa.

As unidades orçamentárias podem corresponder a vários órgãos da estrutura administrativa ou apenas a uma parte de um único órgão.

As transferências recebidas de outros entes não integram a receita corrente líquida.

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO DE NÍVEL MÉDIO

REDAÇÃO DO ITEM

O “jeitinho” é uma transgressão de uma lei ou de uma regra que deveria aplicar-se igualmente a todos os cidadãos.

O texto confirma que a mídia desmonta uma lógica naturalizada segundo a qual a aplicação das leis varia em razão da vontade de uma minoria.

Conforme o texto, a caracterização do “jeitinho brasileiro” como um comportamento ético ou antiético depende das suas consequências.

A palavra “Agora” (ℓ.12) exprime uma circunstância temporal.

Em “temos o ‘jeitinho’ virando corrupção” (ℓ.15), os termos ‘jeitinho’ e “corrupção” funcionam como complementos diretos da forma verbal “temos”.

Seriam mantidos a correção gramatical e os sentidos originais do texto caso o trecho “O ‘jeitinho’ se confunde com corrupção” (ℓ. 15 e 16) fosse reescrito da seguinte forma: **Confunde-se o “jeitinho” e corrupção.**

O emprego da ênclise em “se livra” (ℓ.20) e “os empossam” (ℓ.26) se explica pela mesma regra.

Os sentidos originais do texto seriam alterados caso, na linha 28, a palavra “certas” fosse deslocada para imediatamente após “pessoas”.

No trecho “Tentar subornar o guarda para evitar multas”, a oração “para evitar multas” expressa a causa, o motivo que leva alguém a cometer suborno.

Os termos “antiéticas”, “ilegais” e “combatidas” qualificam a palavra “práticas”.

A substituição de “teremos conquistado” (ℓ.10) por **conquistaremos** manteria os sentidos originais do texto.

Os dois-pontos empregados na linha 4 introduzem um aposto.

Cabe ao Congresso Nacional exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.

As comissões parlamentares de inquérito, em regra, têm os mesmos poderes instrutórios que os magistrados possuem durante a instrução processual penal, com a diferença de que há a possibilidade de exercê-los fora dos limites constitucionais impostos ao Poder Judiciário.

Empresa pública responderá pelos danos que seu empregado, atuando como seu agente, ocasionar, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

O princípio da eficiência determina que a administração pública direta e indireta adote critérios necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo a maior rentabilidade social.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Define-se desconcentração como o fenômeno administrativo que consiste na distribuição de competências de determinada pessoa jurídica da administração direta para outra pessoa jurídica, seja ela pública ou privada.

A empresa pública, entidade da administração indireta, possui personalidade jurídica de direito público.

É possível a constituição de fundação pública de direito público ou de direito privado para a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quando relevante ao interesse público.

A revogação produz efeitos retroativos.

É permitida a combinação das modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993, de modo a propiciar ao gestor maior flexibilidade nas contratações públicas.
A Faixa de Opções do Word 2013 foi criada com o intuito de ajudar o usuário a localizar rapidamente os comandos, que estão organizados em guias, as quais, por sua vez, são organizadas em grupos lógicos.
No Linux, a senha de usuário pode ser alterada via terminal por meio do comando <code>passwd</code> , mas o usuário, com exceção do <code>root</code> , não consegue alterar sua própria senha.
No Word 2013, para se inserir uma página em branco no final do documento em edição, é suficiente clicar o botão Página em Branco, localizado na guia Inserir do grupo Páginas.
É impossível adicionar novos arquivos em um conjunto de arquivos já compactados (zipados).

PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 1: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA – CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL

REDAÇÃO DO ITEM
Os conselhos profissionais estão entre as entidades que devem observar parcialmente as normas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, utilizando-as como ferramenta de prestação de contas e de instrumentalização do controle social.
Pessoas jurídicas de direito privado deverão ser tratadas contabilmente como entidades do setor público se, no exercício de suas atividades, vierem a receber dinheiro público.
A compensação é um subsistema de informação que registra, processa e evidencia, entre outros, os atos de gestão que tenham funções específicas de controle nas entidades do setor público.
Uma despesa que tenha sido empenhada em 2016, mas cujo pagamento tenha sido efetuado somente em 2017, deverá ser considerada como pertencente ao exercício financeiro de 2017.
Serão contemplados no exercício financeiro de 2017 todos os eventos contábeis ocorridos no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro do referido ano.
A modificação do valor do patrimônio financeiro de um ente público por ocasião do seu registro contábil é uma das características das receitas extraorçamentárias.
As receitas extraorçamentárias não pertencem ao Estado, têm caráter temporário e são reconhecidas na contabilidade como passivos financeiros.
O recebimento, por parte do Estado, do valor referente a uma operação inscrita como dívida ativa implica o reconhecimento contábil de uma receita orçamentária corrente, em obediência ao regime de caixa.
Para ser inscrito como dívida ativa, o crédito a favor da fazenda pública deve atender aos seguintes requisitos: ter natureza tributária, ser líquido e certo e encontrar-se vencido há pelo menos trinta dias.
Alterações na legislação tributária, incluindo reduções ou aumentos de alíquotas de impostos, devem constar do texto da lei de diretrizes orçamentárias.
A lei orçamentária anual compõe-se de três peças orçamentárias: o orçamento fiscal, o de investimento das estatais e o da seguridade social.
No regime contábil patrimonial, as receitas dos entes públicos obedecem ao regime de competência, devendo ser registradas como variações patrimoniais ativas ou aumentativas.
Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício fazem parte das despesas de exercícios anteriores, que poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício financeiro vigente.
O suprimento de fundos é caracterizado como um adiantamento de valores que se faz a um servidor para futura prestação de contas e que não constitui uma despesa orçamentária.
Os gastos com pesquisa nunca podem ser reconhecidos como ativo intangível, ao passo que os gastos com atividades de desenvolvimento podem ser reconhecidos nessa categoria a depender da demonstração de que é provável que gerem benefícios econômicos futuros à entidade, por meio da venda ou da utilização do ativo.

<p>O método da equivalência patrimonial deve ser utilizado pela entidade do setor público na avaliação de investimentos feitos em coligadas e em controladas.</p>
<p>Os custos de reinstalação de item do ativo imobilizado devem ser tratados de forma diversa dos custos da instalação inicial, uma vez que não devem ser incluídos no valor contábil do ativo.</p>
<p>Toda a execução das despesas da lei orçamentária anual é controlada por meio de contas da classe 6, uma vez que as contas da classe 5 são utilizadas somente para o registro inicial do orçamento e dos créditos adicionais aprovados.</p>
<p>Contas de natureza patrimonial e de natureza orçamentária possuem atributo indicador do superávit financeiro, ou seja, atributo que indica se sua realização e(ou) o seu pagamento dependem ou não de autorização orçamentária.</p>
<p>Não é permitido um lançamento contábil que debite uma conta da classe 2 e credite uma conta da classe 6.</p>
<p>A demonstração das variações patrimoniais realiza o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurando o lucro ou prejuízo do exercício financeiro, nos moldes do que ocorre na demonstração do resultado do exercício do setor privado.</p>
<p>O balanço patrimonial do setor público deve ter, em seu quadro principal, ativos e passivos classificados em circulante e não circulante, e, em atendimento à Lei n.º 4.320/1964, deverá conter, também, quadro secundário no qual são apresentados os ativos e passivos financeiros e permanentes.</p>
<p>As contas de natureza patrimonial do PCASP possuem classe criada especificamente para viabilizar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo.</p>
<p>A concessão de garantias por um ente público deve gerar somente lançamentos em contas com natureza de controle, porque ainda não há impacto patrimonial, tampouco execução orçamentária.</p>
<p>O relatório de gestão fiscal, de periodicidade quadrimestral, deverá conter a avaliação do cumprimento do limite para a dívida consolidada e indicará as medidas a serem adotadas caso o limite seja descumprido.</p>
<p>O superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior constitui fonte de recursos para a abertura de créditos especiais e suplementares.</p>
<p>A avaliação dos resultados tem dois parâmetros: a eficácia e a eficiência tanto da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal quanto da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.</p>
<p>O COSO ICIF 2013 está em consonância com o referido artigo constitucional, ao descrever os objetivos operacionais como aqueles relacionados à eficiência e à eficácia das operações da entidade, incluídos operações e desempenho (<i>performance</i>) das metas e salvaguardados os ativos contra perdas.</p>
<p>Classificação e compreensibilidade são afirmações de auditoria que direcionam o auditor para verificar se as informações contábeis estão adequadamente apresentadas e descritas e se as divulgações estão claramente expressas.</p>
<p>Ocorrência é a afirmação que direciona o auditor para verificar se os valores e outros dados relacionados a transações e eventos registrados foram adequadamente registrados.</p>
<p>Integridade é a afirmação que, na classe de transações, direciona o auditor para verificar se todas as transações e eventos que deviam ser registrados o foram, de fato.</p>
<p>Corte é a afirmação da classe de saldos que direciona o auditor para verificar se na entidade existem ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido.</p>
<p>A economicidade pode ser verificada nessa situação hipotética, visto que se trata da minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade.</p>
<p>Os resultados indicam que o sistema implantado pelo <i>software</i> é eficiente, uma vez que a eficiência pode ser medida pela minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto.</p>
<p>Os resultados observados permitem constatar a eficácia do <i>software</i> utilizado, apesar de o conceito de eficácia dizer respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de</p>

produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.

A matriz de achados é um quadro com linhas e colunas para que o auditor possa elencar as constatações e informações durante a execução da auditoria, bem como as propostas de conclusões, recomendações e determinações.

CARGO 2: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA – CAMPO DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA

REDAÇÃO DO ITEM
Caso sejam adotados cinco caminhões para uma carregadeira, a produtividade do sistema será de 125 m ³ /h.
O revestimento de tratamento superficial duplo com capa selante é adequado para o número N de projeto da situação em apreço, já que apresenta desempenho suficiente para suportar os esforços repetidos de tração na flexão, correspondente ao tráfego.
O material da jazida disponível deverá ser empregado na sub-base <i>in natura</i> , e, na base, com adição de areia ou brita para que haja diminuição da plasticidade e da expansão.
Rolos pé de carneiro, com as patas penetrando na parte mais profunda, são adequados para a compactação da base e da sub-base devido às características do material da jazida, que requer aplicação de altas pressões para vencer a coesão do solo.
O aumento da densidade do solo resultante do aumento da energia de compactação depende do tipo de solo que está sendo compactado.
Se fossem mantidas as condições observadas até o segundo mês de execução, o projeto teria apresentado atraso, pois progrediria a uma taxa de 40% do planejado.
No final do segundo mês de atividade, o projeto apresentou uma economia de R\$ 1.000.000,00.
Em relação aos custos, foram executados, até o final do segundo mês, apenas 50% do planejado.
Os incrementos de mão de obra ocasionados pela data-base de cada categoria profissional não constituem fundamento para a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro.
Em face do crescimento anormal de insumo integrante da faixa A da curva ABC acima do esperado e de maneira superior ao crescimento histórico do produto, terá agido corretamente a administração que avaliar isoladamente apenas esse insumo e revisar seu preço para os quantitativos não medidos com a finalidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da avença.
A resistência à compressão característica do concreto é obtida a partir do ensaio de compressão diametral em corpo de prova cilíndrico.
Para o contratante será financeiramente mais vantajoso contratar um profissional pelo regime mensal que pelo regime horário, caso seja mantido o mesmo período de contratação.
Os valores dos encargos sociais relativos às férias deveriam ser os mesmos tanto para a mão de obra horista quanto para a mão de obra mensalista.
No recebimento definitivo, é encargo do contratante realizar o agendamento de vistoria junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, com vistas à obtenção do habite-se.
Mesmo após o recebimento definitivo, o construtor e o fabricante de materiais respondem solidariamente, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes da construção.
O recebimento provisório deve ser realizado pela comissão, mediante termo assinado pelas partes, no prazo máximo de quinze dias após o contratado ter informado, por comunicação escrita, que a obra fora encerrada.
Salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, o recebimento definitivo deverá ser realizado em até noventa dias.
Devido à quantidade de trabalhadores, não é obrigatória a existência de ambulatório no canteiro de obras.

<p>A exigência de indicação de quantidades mínimas de serviços relevantes para a avaliação da capacidade técnico-profissional dos licitantes é legalmente aceitável, pois garante o princípio do julgamento objetivo.</p>
<p>A inabilitação da empresa pela comissão de licitação feriu a lei em questão, pois, no caso, o registro da empresa nas entidades profissionais não poderia ser exigido.</p>
<p>O edital de licitação descumpriu a legislação ao exigir atestados técnicos fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas, pois apenas os de pessoas jurídicas podem ser aceitos.</p>
<p>Em casos semelhantes, todos os aumentos dos custos relativos à obra são de responsabilidade exclusiva da contratada, razão por que foi lícita a recusa da administração pública relativamente ao pedido de acréscimo remuneratório com fundamento na preservação do interesse público.</p>
<p>A falta de orçamento detalhado anexo ao edital, inclusive para contratação integrada, fere o princípio da legalidade.</p>
<p>A adoção do RDC afasta as normas contidas na Lei n.º 8.666/1993, exceto em situações expressamente previstas nessa lei.</p>
<p>Em razão do regime adotado para a contratação, as impugnações ao edital apresentadas pelos licitantes com fundamento na inexistência de projeto básico aprovado pela autoridade competente não devem ser acatadas.</p>
<p>A rescisão contratual por falta de recursos é considerada uma rescisão amigável, tendo a contratada direito a ser ressarcida por todos os prejuízos sofridos e, entre outros custos, ao pagamento da desmobilização.</p>
<p>Seria permitido aditivo contratual para alteração da especificação do piso, desde que não se extrapolasse o limite legal para acréscimo de valores, que, no caso apresentado, seria de 25% do valor inicial atualizado do contrato.</p>
<p>A avaliação dos resultados tem dois parâmetros: a eficácia e a eficiência tanto da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal quanto da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.</p>
<p>O COSO ICIF 2013 está em consonância com o referido artigo constitucional, ao descrever os objetivos operacionais como aqueles relacionados à eficiência e à eficácia das operações da entidade, incluídos operações e desempenho (<i>performance</i>) das metas e salvaguardados os ativos contra perdas.</p>
<p>Corte é a afirmação da classe de saldos que direciona o auditor para verificar se na entidade existem ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido.</p>
<p>Classificação e compreensibilidade são afirmações de auditoria que direcionam o auditor para verificar se as informações contábeis estão adequadamente apresentadas e descritas e se as divulgações estão claramente expressas.</p>
<p>Ocorrência é a afirmação que direciona o auditor para verificar se os valores e outros dados relacionados a transações e eventos registrados foram adequadamente registrados.</p>
<p>Integridade é a afirmação que, na classe de transações, direciona o auditor para verificar se todas as transações e eventos que deviam ser registrados o foram, de fato.</p>
<p>Os resultados observados permitem constatar a eficácia do <i>software</i> utilizado, apesar de o conceito de eficácia dizer respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.</p>
<p>A economicidade pode ser verificada nessa situação hipotética, visto que se trata da minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade.</p>
<p>Os resultados indicam que o sistema implantado pelo <i>software</i> é eficiente, uma vez que a eficiência pode ser medida pela minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto.</p>
<p>A matriz de achados é um quadro com linhas e colunas para que o auditor possa elencar as constatações e informações durante a execução da auditoria, bem como as propostas de conclusões, recomendações e determinações.</p>

CARGO 3: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CAMPO DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

REDAÇÃO DO ITEM
A integridade, propriedade da segurança da informação, garante que uma informação ou um dado não seja alterado por pessoa ou processo não autorizado.
De maneira geral, a APF fornece ao analista uma medida objetiva e comparativa que auxilia na avaliação, no planejamento, na gestão e no controle da produção de <i>software</i> .
A APF visa medir a funcionalidade de um <i>software</i> solicitada pelo usuário. Essa medição ocorre antes mesmo do desenvolvimento do <i>software</i> , de forma a estimar o seu tamanho e o seu custo.
Situação hipotética: Uma instituição privada tem como requisito a contratação de infraestrutura em nuvem provisionada, de modo que nesta cada recurso seja oferecido como um componente de serviço separado, cabendo ao provedor de serviços de computação em nuvem gerenciar a infraestrutura, enquanto a instituição se encarregará de gerenciar o sistema operacional, <i>middleware</i> e aplicativos. Assertiva: Nesse caso, é mais indicada a aquisição de uma solução de IaaS (infraestrutura como serviço) que uma solução SaaS (<i>software</i> como serviço).
A atividade de gerência de requisitos é a responsável por garantir que mudanças nos requisitos sejam feitas de maneira controlada e documentada, administrando os relacionamentos entre os requisitos e as dependências entre o documento de requisitos e os demais artefatos produzidos no processo de <i>software</i> .
O COSO ICIF 2013 está em consonância com o referido artigo constitucional, ao descrever os objetivos operacionais como aqueles relacionados à eficiência e à eficácia das operações da entidade, incluídos operações e desempenho (<i>performance</i>) das metas e salvaguardados os ativos contra perdas.
A avaliação dos resultados tem dois parâmetros: a eficácia e a eficiência tanto da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal quanto da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
Integridade é a afirmação que, na classe de transações, direciona o auditor para verificar se todas as transações e eventos que deviam ser registrados o foram, de fato.
Corte é a afirmação da classe de saldos que direciona o auditor para verificar se na entidade existem ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido.
Classificação e compreensibilidade são afirmações de auditoria que direcionam o auditor para verificar se as informações contábeis estão adequadamente apresentadas e descritas e se as divulgações estão claramente expressas.
Ocorrência é a afirmação que direciona o auditor para verificar se os valores e outros dados relacionados a transações e eventos registrados foram adequadamente registrados.
Os resultados observados permitem constatar a eficácia do <i>software</i> utilizado, apesar de o conceito de eficácia dizer respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.
A economicidade pode ser verificada nessa situação hipotética, visto que se trata da minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade.
Os resultados indicam que o sistema implantado pelo <i>software</i> é eficiente, uma vez que a eficiência pode ser medida pela minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto.
A matriz de achados é um quadro com linhas e colunas para que o auditor possa elencar as constatações e informações durante a execução da auditoria, bem como as propostas de conclusões, recomendações e determinações.

CARGO 4: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA – CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL

REDAÇÃO DO ITEM
Os tipos e as formas de controle da atividade administrativa variam segundo o poder, o órgão ou a autoridade que o exercita ou o fundamenta.
Quanto ao aspecto controlado, o controle classifica-se em controle de legalidade ou de correção.
A administração pública, no exercício de suas funções, controla seus próprios atos e se sujeita ao controle dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.
O controle externo é exercido mediante provocação, ao passo que o controle interno é exercido apenas por iniciativa própria.
Compete ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
O controle parlamentar caracteriza-se como um controle de mérito que visa apreciar a oportunidade ou a conveniência dos atos praticados pelo Poder Executivo.
Em casos de ilegalidade, é permitido ao TCU, no uso de sua função sancionadora, fixar prazo para que o órgão ou a entidade adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
É vedado ao TCU apreciar a constitucionalidade de leis e atos do poder público.
São atribuições da CGMJP a orientação técnica e a execução programática das atividades relacionadas ao sistema de controle interno.
O orçamento-programa consiste no processo de elaboração de orçamento que exige dos gestores, a cada novo exercício, a justificativa detalhada dos recursos solicitados.
A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que regula a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as prioridades da administração pública.
Arrecadação de receita pública é o ato de transferir aos cofres públicos os valores monetários entregues pelos contribuintes.
A concessão de um serviço público para um particular representará uma receita de capital caso implique cessão de patrimônio imobiliário do Estado a terceiro.
O pagamento é o último estágio da despesa pública e só será realizado após a regular liquidação da despesa.
Uma despesa empenhada e não paga no exercício social em que havia sido prevista integra os restos a pagar e será classificada como despesa extraorçamentária do exercício em que se der o seu efetivo pagamento.
A obrigação de pagamento criada em função de lei e reconhecida como direito do reclamante somente em exercício posterior constitui despesa de exercícios anteriores.
Coube à LRF estabelecer normas gerais de direito financeiro destinadas à elaboração e ao controle dos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
Nos termos da LRF, transferência voluntária é a entrega de recursos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira a ente público ou privado, para a execução de atividade de interesse público.
A Lei do Direito Financeiro define subvenção econômica como uma despesa corrente destinada a empresa agrícola, pastoril, industrial ou comercial.
Entre os procedimentos de auditoria inclui-se o exame documental, o qual permite a análise de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
Situação hipotética: Um auditor fez os cálculos de uma planilha para a correção monetária de certa dívida municipal e, com o objetivo de averiguar as distorções encontradas, releu alguns documentos a fim de confirmar os termos que poderiam ter afetado os cálculos testados. Assertiva: Nessa situação, concluiu-se que foi realizada uma revisão analítica para complementar as conclusões do auditor sobre a conferência do cálculo.
Inspeção consiste em verificar os registros das transações contábeis por meio da análise de documentos e ativos tangíveis.

Na fase de planejamento, um dos aspectos a serem considerados na análise de risco é a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.
Entre os tipos de estruturas compreendidas pela governança incluem-se as estruturas administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal, as quais servem para garantir que as partes interessadas definam objetivos e alcancem resultados.
Entre os objetivos da boa governança no setor público incluem-se garantir que a organização seja responsável com os cidadãos, mantendo-os, por meio da transparência, informados sobre decisões e riscos.
Na organização de arquivos permanentes, o processo que consiste na ordenação estrutural ou funcional dos documentos em fundos é denominado arranjo.
A atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas explica a origem do acervo de arquivos.
Os objetivos do arquivo são técnicos, científicos e culturais.
Em relação ao tipo de documentação existente no arquivo, o acervo pode ser manuscrito ou impresso, mas a documentação deve ser única em seu lugar de armazenamento.
O arquivo corrente caracteriza-se pela existência de uso em grande frequência ou de possibilidade de uso em um conjunto documental.
O arquivo intermediário, por sua natureza, deve ser descentralizado e ficar localizado próximo do usuário direto.
Os documentos existentes no arquivo permanente podem retornar aos arquivos correntes.
O instrumento que operacionaliza a avaliação de documentos é a tabela de temporalidade.
Os originais de documentos permanentes que tenham sido microfilmados devem ser eliminados após cinco anos.
É dispensável submeter documentos arquivísticos digitalizados ou natodigitais ao plano de classificação ou à tabela de temporalidade.
Carta, ofício, memorando e relatório são exemplos de tipos documentais.